

OS CINCO ERROS DE TOMÁS DE AQUINO

André H. Rodrigues ¹

Muito embora Tomás de Aquino seja um dos maiores filósofos da história, como todo ser humano, ele não estava isento de erros ou falhas. Nosso objetivo aqui será o de apontar eventuais equívocos teóricos cometidos pelo grande filósofo escolástico em sua obra. É certo que a tarefa de apontar erros no pensamento tomasiano é bastante difícil, dado que, sem dúvidas, Tomás foi um pensador brilhante e altamente rigoroso. Cremos, no entanto, que alguns dos erros mais salientes cometidos pelo Aquinate podem ser encontrados no desenvolvimento das chamadas *quinque viae* da sua *Summa Theologiae*.

Antes de iniciarmos, porém, precisamos fazer alguns breves comentários concernentes à tradução do pensamento de Tomás do latim para o português: lemos com frequência em traduções brasileiras o seguinte: “em Deus, essência e existência se identificam”, ou “a existência de Deus”. Isto é equivocadamente de diversas formas. Primeiro, é preciso registrar que “existência” não é uma tradução exata e correta do termo latino *esse*. “Esse” deve ser traduzido como “ser”, não como “existência”, o que, por si só, gera consequências de amplo alcance para a correta compreensão dos temas sob análise. Tomás diz em suas obras que “Deus é”, ou que “Deus seja”, utilizando-se ora do termo latino “*est*”, ora da palavra já mencionada “esse”, o que altera radicalmente o sentido da sua demonstração. Deus não existe, Deus é, Deus é ser, para Tomás. Em segundo lugar: “existência” é, primariamente, uma categoria modal, mas também um predicado irreal e uma prerrogativa de um ente, não absolutamente unívoca, a qual pode

¹ Bacharel em Direito, Especialista em Direito Processual Civil, Estudioso independente de Filosofia (ênfase em Metafísica, Epistemologia e Lógica).

ser expressada pelo quantificador existencial (“existe um ‘x’, tal que ‘x’.” - \exists). Como tais atributos poderiam ser aplicados a Deus? Não é possível, sob pena de contradição.²

Feitos esses esclarecimentos iniciais, vamos aos erros.

1º) A conjunção de *esse* e de *essentia* em Deus implica que Deus tenha uma essência. A essência é um conjunto subjacente de propriedades de um ente, é o suprasumo do conteúdo da natureza de um ente. De outro lado, o ser de Deus (*esse*), que é definido em Tomás como *Actus Purus* (Ato Puro), é o *status* (estado) metafísico, por assim dizer, de Deus. Ora, o estado e o conteúdo de algo não podem ser idênticos, pois por pressuposto, são distintos, embora possam estar unidos numa relação de co-pertencimento. Além disso, Deus não tem uma essência por não possuir nem um conjunto de propriedades, nem uma substância ($\sigma\upsilon\upsilon\sigma\iota\alpha$) sobre a qual recairiam tais propriedades, por se tratar de um conceito ininteligível (o que resta se retirarmos todos os acidentes ou propriedades da “Coisa Deus”? Nada.)

2º) Entendido Ser (*Esse*) como dimensão unívoca omniabrangente, e sendo a “essência” o outro polo que se identifica com o Ser, disso decorre que a essência é “não-ser”, por estar “fora do Ser”, logo é nada. Porém, a essência, alegadamente e por definição, não é nada, mas algo, o que gera contradição.

3º) A dicotomia, ainda que unida pela relação de identidade, entre *esse* e *essentia* pressupõe que haja uma dimensão abrangente anterior ao “Ser de Deus”, a qual torna inconsistente, precisamente, o conceito mesmo de Deus como dimensão máxima última.

4º) As vias do movimento, da causa, da contingência, dos graus de perfeição e da ordem, de igual maneira pressupõem que Deus seja um ente. O primeiro motor, a *causa sui*, o ser necessário, a máxima perfeição e o princípio último da ordem universal não são, necessariamente, Deus, e este tal “Ente Supremo” (*maxime ens*) aparece diretamente confundido com a sua mais genial intuição filosófica, a saber, aquela em que

² Na medida em que “existência” não é um predicado real, ela só pode ser mais bem compreendida em termos de quantificação, como demonstrou W. V. O. Quine. Assim, a ligação entre um ente ou indivíduo e o predicado que o qualifica se dá corretamente pela quantificação existencial (\exists) ou universal (\forall) da variável – diz Quine, celebrenemente: “to be is to be the value of a bound variable” (ser é ser o valor de uma variável ligada), quando então levamos em conta a capacidade de algo ser quantificado dentro de um domínio. Assim, teríamos: $\exists x (P(x))$. Essa notação significa que “existe ao menos um x tal que P(x) seja verdadeiro”, onde “x” é uma variável que representa qualquer objeto dentro de um domínio, e “P(x)” é uma propriedade ou predicado atribuído a esse objeto. Nesse sentido, para haver quantificação, pressupõe-se que um ente ou individualidade seja quantificada em um domínio. Sendo Deus objeto de quantificação, haveria um domínio superior a Ele que o abarcaria, logo, Ele não seria Deus. Se seguirmos a linha de raciocínio de Quine, portanto, que propôs que a existência pode ser entendida corretamente em termos de quantificação sobre um domínio de discurso, a ideia de quantificar “Deus” apresenta uma contradição inerente: se Deus fosse um objeto passível de quantificação, Ele precisaria pertencer a um domínio superior que o abarcaria; mas, isso eliminaria o *status* de transcendência de Deus, subordinando-o a um domínio mais amplo e, assim, negando sua natureza divina.

se designa a Deus como “o próprio ser subsistente [*ipsum esse subsistens*]”. Simplesmente, dessa confusão não se segue uma conclusão filosoficamente adequada.

5º) Tomás, ao menos no procedimento das cinco vias, não prova racionalmente o “Ser de Deus”, mas procura demonstrar a suposta necessidade de um primeiro termo, sempre a partir das criaturas. Este primeiro ente (*primum ens*), se de fato é demonstrado, seria um ente supremo, não o Ser. M. Heidegger, portanto, estava parcialmente certo ao afirmar que Tomás “esqueceu-se do ser” (*Seinsvergessenheit*), por ignorar a diferença ontológica entre ser e ente.

— Esclarecimentos finais:

A) Pensamos que os pares conceituais “substância-acidente” e “essência-existência” sejam articulações teóricas inadequadas para expressar o Ser de Deus. Em *De Ente et Essentia*, Tomás fala da “substância primeira simples, que é Deus” (*substantia prima simplex, quae Deus est*). Substância é um conceito ininteligível por resultar da mera pressuposição de um substrato subjacente aos acidentes, o qual, em realidade, não corresponde a nada positivo, mas apenas a uma suposição vazia decorrente da negativa dos acidentes. Ele fala também da “essência da substância simples” (*substantiarum essentiae*), mas é difícil conceber como o termo “essência” poderia ser aplicado a Deus. Tomás incorre nessa deficiência conceitual também ao dizer em *De Ente et Essentia*, que “há algo, como Deus, cuja essência é seu próprio ser” (*Aliquid enim est, sicut Deus, cuius essentia est ipsummet suum esse*), o que fica muito ambíguo e confuso novamente. Ele tenta justificar-se dizendo que a essência se encontra em diversos modos, mas fato é que a parafernália conceitual não se sustenta.

B) Conhecemos a forte e recorrente alegação (correta) na tradição tomista (C. Fabro, R. G.- Lagrange, J. Maréchal, E. Gilson, J. Maritain e E. Feser, para citarmos alguns), de que o Deus de Tomás é o “*Esse per se subsistens*”. Acreditamos ser uma alegação correta, embora incompleta por não admitir que Tomás coloca debaixo do seu “guarda-chuva” filosófico-semântico diversas outras expressões não exatamente adequadas ou mesmo compatíveis entre si (causa primeira, ente máximo, ato puro etc.).

C) Vemos confusão no pensamento de Tomás ao trabalhar as vias de um lado (na “Suma Contra os Gentios” e na “Suma Teológica”, p. ex.), e ao falar de Deus em termos de “existência-essência” e “Ato Puro”, de outro (p. ex., em “O Ente e a Essência”). Pensamos, de um lado, que a modalidade “atualidade” é hipostasiada como um “ente que é ato puro”, o que, a nosso juízo, é um equívoco teórico, e de outro, que Deus seja tomado simplesmente como ente primeiro da cadeia de causas, o que também é equivocado. Segundo entendemos, o *Esse per se subsistens* não é ato puro, nem o “ser” (na realidade, ente) em que se identificam essência e existência. Estes parecem ser erros conceituais, metodológicos e lógicos do tomismo. Portanto, estamos longe, p. ex., de Cornelio Fabro, que considera o tomismo uma espécie de quadro teórico definitivo. Tomás toma o “Ato Puro”, que deve ser entendido corretamente como um estado metafísico, como o “Ser mesmo de Deus”. Mas, para ser “Ato Puro”, Deus, de algum modo, precisaria pressupor uma camada de realidade superior, posto que Ele seria o último elo da cadeia “ato-potência”, e, portanto, ainda seria um elo. Para ser consistente,

não devemos aplicar o conceito de causalidade nem o binômio “ato-potência” ao conceito de Deus. Deus pode ser melhor compreendido como a dimensão absoluta primordial maximal, não como um Ente máximo causa de si e ato puro.

- Conclusão:

Tomás, em parte, chega ao Ser enquanto tal, mas em outra parte se confunde e tropeça no esquema teórico escolástico, a nosso juízo, obsoleto (existência-essência/ substância-acidente, ato-potência). No mesmo passo, ele incorre também no esquecimento do ser ao tratar a Deus como mero ente nas famosas “cinco vias”. Por fim, Tomás simplesmente salta, ao final das vias, do ente máximo a que se chega pelo procedimento dedutivo a partir das coisas contingentes, até Deus: “e todos sabem que a isto se chama Deus”, diz ele. Todavia, não há necessidade lógica alguma para que as demonstrações feitas nas vias levem direta e imediatamente a Deus. Deus é um conceito religioso complexo que não pode ser “tirado do bolso” sem maiores precauções.

Em suma (e estas palavras finais servem para, uma vez mais, esclarecer equívocos repetidos aos montes sobre o pensamento de Tomás), tenhamos em mente acima de tudo: 1. nada nas vias demonstra a “existência de Deus”, posto que “existência” é um termo que sequer se aplica a Deus; e 2. não há como pular “do nada”, digamos, do motor imóvel, para Deus, pois se trata de um passo em falso.